



**DESENVOLVIMENTO URBANO E CIDADE:
CONTEXTO E PRÁTICAS DA INTEGRAÇÃO
REGIONAL DA CIDADE DE CHIMOIO,
MOÇAMBIQUE**

*URBAN DEVELOPMENT AND THE CITY: CONTEXT AND PRACTICES OF THE
REGIONAL INTEGRATION OF THE CITY OF CHIMOIO, MOÇAMBIQUE*

*DESARROLLO URBANO Y LA CIUDAD: CONTEXTO Y PRÁCTICAS DE LA
INTEGRACIÓN REGIONAL DE LA CIUDAD DE CHIMOIO, MOÇAMBIQUE*

Tunex da Conceição Neves ⁽¹⁾

Victória Manuel Moisés Dumpua ⁽²⁾

João Carlos Mendes Lima ⁽³⁾

⁽¹⁾ Programada de Mestrado em Ensino de Geografia da Universidade Púngue - Chimoio Moçambique. E-mail: tunexneves063@gmail.com

⁽²⁾ Mestranda do Programada de Mestrado em Ensino de Geografia da Universidade Púngue – Chimoio, Moçambique. E-mail: victoriamanueldumpua@gmail.com

⁽³⁾ Docente Doutor da Universidade Licurgo, Quelimane, Moçambique. E-mail: jocarlima57@gmail.com



Resumo

As cidades moçambicanas têm estado a enfrentar constantes mudanças, umas positivas e outras negativas, principalmente devido ao seu crescimento horizontal, não acompanhado por infraestruturas para garantir o policentrismo. Este trabalho visa refletir sobre a contribuição da aplicação do conceito ‘urbano’ e sustentabilidade tomando como exemplo de estudo a cidade de Chimoio, Moçambique, no contexto regional face aos novos desafios que se registam. Aborda igualmente os agentes e seus respetivos papéis na requalificação urbana rumo a sustentabilidade. Através da análise da bibliografia sobre a matéria, seguido de visitas de observação, foi possível concluir que as funções da cidade de Chimoio, tal e qual foram outras no mundo, mudaram das tradicionais cidades produtivista para concentração do sector terciário constituído por serviços de mediação das atividades, instituições financeiras, comércio formal e informal, comunicações e administração pública. Embora haja disparidades nos indicadores usados na classificação das cidades, a cidade de Chimoio tem elementos suficientes para tomar o pressuposto da conexão entre tamanho demográfico, funções urbanas e espaço intraurbano como a chave para o planeamento do seu crescimento quanti-qualitativo, num contexto de desenvolvimento regional, sob sua influência.

Palavras-chave

Desenvolvimento Regional. Requalificação Urbana. Sustentabilidade.

Abstract

Mozambican cities have been facing constant changes, some positive and some negative, mainly due to their horizontal growth, and not accompanied by infrastructure to guarantee polycentrism. This essay aims to reflect on the contribution of the application of the concept 'urban' and sustainability taking as an example of studies the city of Chimoio, in the regional context in view of the new challenges that are registered. It also addresses the agents and their respective roles in urban requalification towards sustainability. Through the analysis of the bibliography on the subject, followed by observation visits, it was possible to conclude that the functions of Chimoio city, just like others in the world, changed from the traditional productivist cities to concentration of the tertiary sector consisting of mediation services, financial institutions, formal and informal trade, communications and public administration. Although there are disparities in the indicators used in the classification of cities, the Chimoio city has enough elements to take the assumption of the connection between demographic size, urban functions and intra-urban space as the key issues to planning its quantitative and qualitative growth, in a context of development under its influence.

Keywords:

Regional Development. Urban requalification. Sustainability.

Resumen

Las ciudades de Mozambique se han enfrentado a cambios constantes, algunos positivos y otros negativos, principalmente debido a su crecimiento horizontal, no acompañados de infraestructura para garantizar el poli centrismo. Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la contribución de la aplicación del concepto 'urbano' y la sostenibilidad tomando como ejemplo de estudios la ciudad de Chimoio, Moçambique, en el contexto regional en vista de los nuevos desafíos que se registran. También aborda a los agentes y sus respectivos roles en la recalificación urbana hacia la sostenibilidad. A través del análisis de la bibliografía sobre el tema, seguido de visitas de observación, fue posible concluir que las funciones de la ciudad de Chimoio, al igual que otras en el mundo, cambiaron de las ciudades productivistas tradicionales a la concentración del sector terciario que consiste en servicios de mediación de actividades, instituciones financieras, comercio formal e informal, comunicaciones y administración pública. Aunque existen disparidades en los indicadores utilizados en la clasificación de ciudades, la ciudad de Chimoio tiene suficientes elementos para asumir la conexión entre el tamaño demográfico, las funciones urbanas y el espacio intraurbano como la clave para planificar su crecimiento cuantitativo y cualitativo, en un contexto de desarrollo bajo su influencia

Palabras clave:

Desarrollo regional. Recalificación urbana. Sustentabilidad



Introdução

Este ensaio tem como objetivo fornecer subsídios à discussão do conceito ‘urbano’ e sustentabilidade usando uma cidade média de Moçambique, a cidade de Chimoio, no contexto de desenvolvimento regional. A sua particularidade reside no pressuposto de uma específica combinação entre indicadores de classificação de cidades em níveis A a D, usadas em Moçambique considerando: o tamanho demográfico; o modo de ocupação do solo urbano - nível de urbanização; as funções urbanas; a organização do seu espaço intraurbano; e a área de influência.

Através da revisão bibliográfica, análise e confrontação de ideias e teorias de autores, complementada com trabalho de campo para observar os lugares da cidade foi possível conduzir a pesquisa para captar, tanto a espacialidade como as especificidades de desenvolvimento da cidade de Chimoio na integração regional.

A relevância deste tema deriva da capacidade de problematizá-lo, e transformá-lo em questão teórica ou empírica, visando, quer uma ação prática, quer a compreensão de um ou mais aspetos associados à ação humana – papel da geografia urbana. No plano da academia moçambicana, a problemática em torno dessa noção nunca foi solidamente construída. Assim, o esvaziamento político e a falta de base teórica a respeito da rede urbana podem explicar a falta de interesse que se ampliou, devido à crescente ênfase no estudo do espaço intraurbano, envolvendo sobretudo o conhecimento dos padrões de uso da terra, sua dinâmica e os denominados movimentos sociais. Deste modo, criou-se, assim, a relevância para o tema em discussão.

O ensaio para além desta introdução inclui uma breve reflexão teórica sobre a questão urbana, seguido da análise dos principais indicadores na classificação de cidades em Moçambique, com vista a melhor se entender o processo no país. O segundo trata o modo de ocupação do solo urbano e nível de urbanização, procurando trazer ao debate as três definições usadas no país. O terceiro faz uma breve descrição do surgimento e evolução histórica da cidade de Chimoio. O quarto aborda o processo da produção do espaço urbano e urbanização e por fim o quarto, por sinal o último, analisa as funções urbanas e organização do espaço intra e interurbano, para drenar na análise do desenvolvimento e sustentabilidade, os quais só podem ser resolvidos mediante uma participação ativa de cidadãos informados, que procuram conhecer as realidades a diferentes escalas: local, regional, nacional e mesmo global. De igual modo procura trazer à tona a reflexão para que estes compreendam as relações entre sociedade, economia e ambiente e, entre a vida da sua comunidade urbana e de outras comunidades. Mais



do que isso para que os sujeitos tenham em conta as necessidades e direitos das gerações presentes e vindouras, bem assim, saibam avaliar as consequências, a diferentes níveis de estilos de vida dos sujeitos, as respostas que os indivíduos e as organizações podem dar a diferentes problemas inseridos no âmbito local e regional.

Uma discussão teórica da questão urbana

A emergência teórica e a relevância da questão urbana no mundo contemporâneo, no entender de Maricato (2000), podem ser tomadas como quase por consenso, por que expressam a inevitabilidade da centralidade do facto urbano. O autor defende que quando as redes de informação e de articulação da economia capitalista ganham dimensão global têm nas cidades o seu principal espaço de comando e este, por sua vez, vai conquistando cada vez mais território para expandir sua influência. Ao mesmo tempo expressa a escala local, da cidade e das referências sócio espaciais, presentes e fortalecidas em qualquer escala de vida ampliada e sempre localizada. No entanto, esse debate é lacónico em Moçambique, compulsando os escassos referenciais produzidos.

Para o autor citado anteriormente, a rede urbana articula a economia, a sociedade e o espaço-tempo globalizado organizando, também, territórios de várias amplitudes, do macrorregional ao continental. Por via disso, as relações metrópole-satélites, que inspiraram interpretações sobre o subdesenvolvimento e as relações internacionais, ganham hoje uma imensa complexidade diante da dimensão multi-escalar, fragmentada e mutável, sob o comando do capital financeiro, particularmente na periferia do capitalismo que tem maior expressão nos países em vias de desenvolvimento (PVD).

Contudo, Brenner & Schmid (2015) introduziram outros aportes nas teorias sobre urbanização com o objetivo de demarcar alguns parâmetros epistemológicos relativamente amplos, dentro dos quais uma multiplicidade de abordagens reflexivas para a teoria urbana crítica possa ser alcançada. Desse modo os autores destacam que o urbano, não é um objeto apreendido empiricamente e, certamente, não corresponde à cidade. O argumento deles é de que o urbano e a urbanização devem ser compreendidos como abstrações teóricas, bem como não se pode compreender o urbano como forma, uma vez que não há uma morfologia única de um processo.

Neste contexto, os autores consideram que a urbanização envolve três momentos mutuamente constitutivos – urbanização concentrada, urbanização extensiva e urbanização



diferencial, além de que o tecido da urbanização é multidimensional. Este pressuposto propõe-se uma compreensão multidimensional (poliocentrismo) do processo de urbanização frente à abordagem monodimensional - cidade-cêntrica, o que significa o abandono de definições sociológicas, demográficas, económicas e culturais.

Definição e classificação de cidades em Moçambique

Para explanar sobre cidades, convém antes de mais revisitar o conceito de “urbano” ou área urbana, pois, como é sabido este conceito, varia em todo o mundo e de país para país, incluindo Moçambique. Muitas são as razões para que isso ocorra, pois, o conceito urbano pode variar até no mesmo país ao longo do tempo como resultado de possíveis reclassificações periódicas das áreas de enumeração censitários, tornando difícil a sua comparação, facto que ocorreu em Moçambique ao longo dos censos realizados.

Para a UNICEF (2012), uma área urbana pode ser definida segundo determinados critérios: limites administrativos ou políticos (área de jurisdição do município), tamanho da sua população (aglomerado com mínimo de duas mil pessoas), densidade populacional e funções económicas (a maioria da população não estar no sector agrícola), ou com presença de características urbanas (estradas pavimentadas, iluminação eléctrica e sistema de saneamento do meio).

Para o Banco Mundial (WB) o conceito urbano ou área urbana se refere a um lugar caracterizado por uma alta densidade populacional e uma vasta área de edificação humana. Assim, as áreas urbanas podem ser cidades, metrópoles e conurbações. No entanto, o termo não é extensivo aos assentamentos rurais tais como vilas e povoações. Daí que, a população urbana, no entender do WB, é aquela que vive em áreas urbanas e definidas pelas instituições nacionais de estatísticas.

Por via disso, os países europeus definem áreas urbanas na base do tipo de uso do solo. Já na Austrália, os centros urbanos são definidos tendo em conta uma população de mil pessoas e mais, com uma densidade de 200 hab/km² e no Canadá utiliza o mesmo tamanho da população, mas deve possuir mais de 400 hab/km² de densidade.

Do mesmo modo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 1994) utiliza a definição de urbano baseada na densidade populacional que tem um ponto de corte ou limiar de 150 pessoas por quilómetro quadrado para todos os países membros, com excepção do Japão. Assim, todos os povoados com densidade populacional acima desse



limiar são considerados “urbanas”, mas essa densidade também tem a ver com o modo de construção.

Porquanto, nos PVD’s, para além de considerar os requisitos de densidade e uso do solo, define como área urbana aquela que mais de dois terços da população não pode estar em atividades agrícolas e pesca. Contudo, na América Latina, em especial no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define área urbana como toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Essa classificação não leva em consideração o tamanho da cidade nem a quantidade de habitantes. Por isso, são consideradas como características básicas que a área possua edificações contínuas, habitações, calçadas, rede de iluminação, serviços de saúde, educação, saneamento ambiental, lazer, entre outros. Sendo assim, a população urbana tem mais facilidade de acesso a hospitais, escolas, tratamento de esgoto, água canalizada e lazer.

Em Moçambique são usados três critérios para classificar cidades, que não abrange os usados a nível internacional. Para o Ministério da Administração Estatal (MAE, 2014), o conceito tem a sua base nas funções que o lugar, o situs, desempenha considerando os seus níveis de desenvolvimento económico, social, cultural e político-administrativo, assim como considera o grau de utilização urbana de terrenos, já que inclui municípios, aldeias e sedes dos postos administrativos e localidades instituídos por lei.

A segunda definição, adotada pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), define áreas urbanas baseadas no uso do solo urbano, tanto das municipalidades, assim como das aldeias e dos Postos Administrativos instituídas por lei.

Finalmente a terceira, do Instituto Nacional de Estatística (INE), a entidade oficial de produção e divulgação de informação estatística do país, baseia a sua definição nas áreas de enumeração urbanas, que são as menores unidades de estratificação da amostra do recenseamento da população. As áreas urbanas no contexto do INE estão estratificadas em três substratos: cidades capitais, cidades com mais de 20 mil agregados familiares e as restantes das províncias. Por esta definição Chimoio é considerada cidade desde 1986 aquando da primeira classificação efetuada.

Com base nesses critérios, o MAE classifica e hierarquiza as cidades em níveis que vão de A à D. Na abordagem do MAE, para que uma cidade seja do nível A ou B, é necessário ter, no mínimo, dois milhões de habitantes e 1,25 milhão, respetivamente. Neste contexto, apenas a cidade de Maputo, a capital do país, é a única de classe A. Porquanto as cidades da Beira, Nampula e Matola são de classe B, e as restantes são de classes C e D. Nesta conformidade a cidade de Chimoio, nosso objeto de estudo, é de classe C, por possuir uma população total apurado no censo de 2017 cerca de 372,82 mil habitantes.



Porém, em Moçambique, a variável densidade populacional não é utilizada, para efeitos de definição de lugares como urbano. Se o país tivesse de usar esta definição baseada no tamanho demográfico, o resultado seria que muito poucas “cidades” teriam a classificação de áreas urbanas. A densidade populacional é uma importante vertente para definir áreas urbanas, uma vez que engloba as economias de aglomeração, as quais são características que definem os centros urbanos – o policentrismo.

Assim sendo os dados do INE, obtidos do último censo de população e habitação realizado em 2017, a cidade de Chimoio possui uma população total de 372,821 habitantes, dos quais 185,116 homens e 187,705 mulheres, residindo em 33 bairros dos 3 Postos Administrativos que estruturam a urbe. Ainda segundo a mesma fonte, tem uma densidade populacional de 1.403 hab/Km².

Contudo, a estrutura do uso atual do solo na Autarquia de Chimoio compreende a distribuição na ocupação espacial em duas partes distintas e em forma de escadaria, que são: a parte alta que é a área central e a parte baixa que é a periférica, isto é, a medida que se caminha para o centro da cidade nota-se o aumento de altitude, o que torna as zonas periféricas mais propensas à erosão, devido a declividade dos lugares.

A ocupação do solo em todas estas partes caracteriza-se por uma diferenciação entre áreas urbanizadas, semi-urbanizadas e não urbanizadas, com os dois últimos grupos apresentarem bairros densamente habitadas. As áreas periféricas e não urbanizadas possuem características rurais com a ocupação habitacional dispersa e evidenciando construção precária, estando sempre associadas a agricultura familiar de subsistência e a pastagem de gado caprino e bovino. No entanto, algumas destas áreas estão sendo gradualmente ocupadas por sujeitos de renda média a alta, sejam funcionários públicos, sejam privados que vem trabalhar e realizar empreendimentos em Chimoio.

As fotos da figura 1 evidenciam o subúrbio de Chimoio, onde vive a maioria da população.

Figura 1. Áreas periféricas de Chimoio



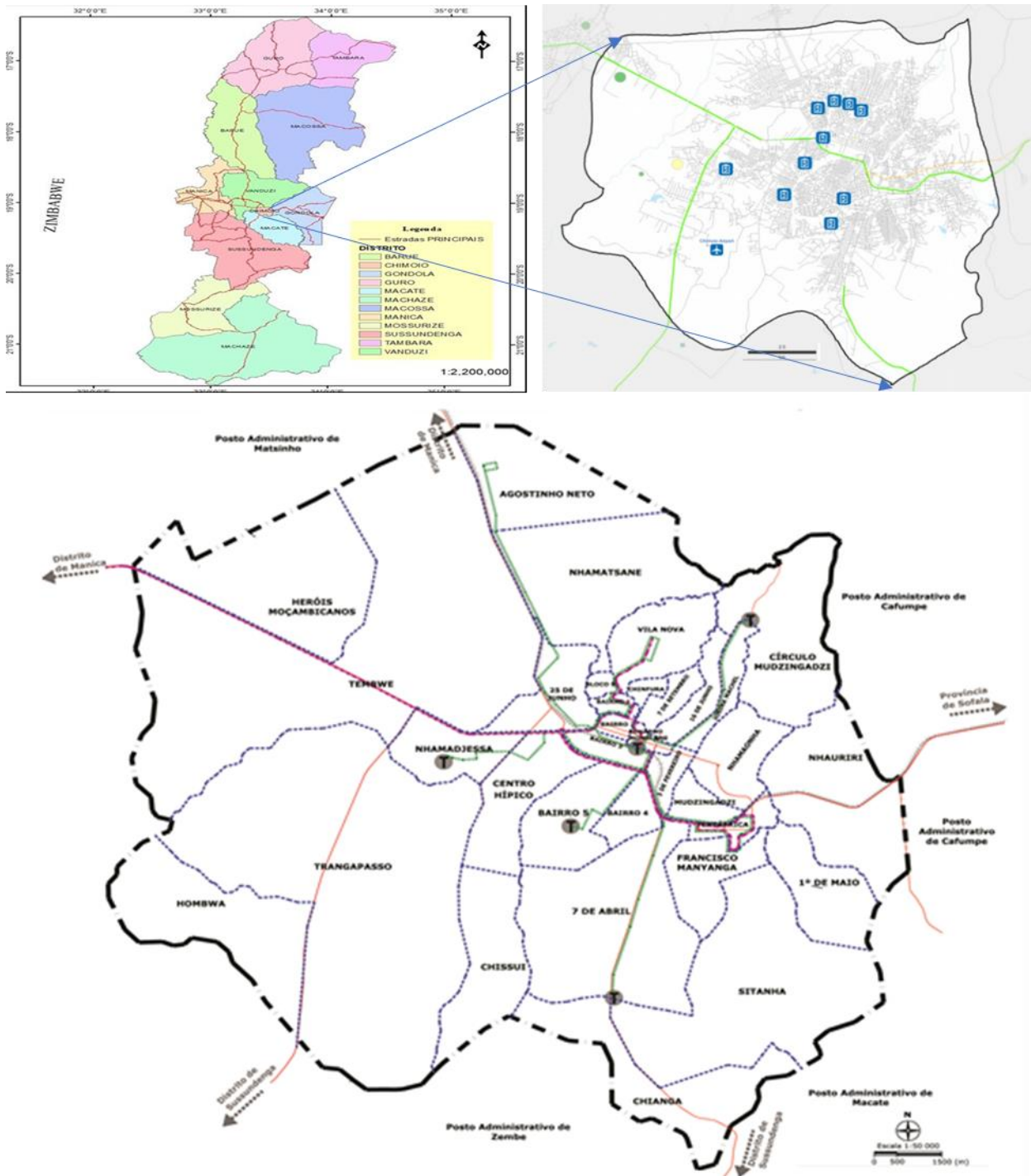
Surgimento e evolução histórica da cidade de Chimoio

A cidade de Chimoio, segundo MAE (2002), com uma superfície 174 km², é capital da província de Manica, situada a 33° 30' E no Corredor da Beira, a cerca de 200 quilómetros da cidade da Beira e a 100 quilómetros da fronteira com o Zimbabwé. É limitado pelo distrito de Vanduzi, através dos rios Nhamahocha, Téwé, até ao marco três do foral, o monte Chizombero e o círculo Matole, a norte; o distrito de Macate pelos os riachos Toa e Munetse, os círculos Chiongo e Ndenguene e a localidade de Zembe, a sul; o distrito de Gondola e Macate através do rio Nhamahocha e os círculos de Noia e Chiongo, a este; e distrito de Macate e Vanduzi na confluência dos rios Nhamathui e Chiongo, a oeste.

A figura 2 apresenta o mapa da província de Manica e o enquadramento da cidade de Chimoio e a sua estrutura urbana.

Segundo Fernandes (2006), a cidade de Chimoio surge num passado longínquo, quando a região de Quiteve, onde se localiza a cidade, foi ponto de passagem nas comunicações entre o oceano Índico e o interior, usando-se o rio Révuè, nas terras de Medundo e de Mevumbe no vale entre o rio Révuè e o Buzi. Sob a administração da Companhia de Moçambique foi construída a linha férrea para o interior, induzindo o desenvolvimento da economia da região, o que levou a criação da circunscrição de Chimoio em 1893, a partir da povoação no término da via-férrea. O local inicialmente escolhido não era o mais conveniente, tendo-se optado por um sítio próximo, então denominado vila Barreto. A povoação foi criada oficialmente pela ordem n.º 25 de 30 de outubro de 1895 da Companhia de Moçambique, que administrou o território até 1942.

Figura 2. Mapa da Província de Manica e estrutura urbana da cidade de Chimoio





O autor revela ainda que o avanço da linha férrea em direção a Nova Macequece, retirou a importância a jovem povoação, o que mudaria para um outro local (Chiniala ou Chimiala, também conhecido por Mandigos) em julho de 1898. No ano seguinte construíram-se residências, quartel de polícias e de sipaios, para além do correio. Foram construídas também casas de madeira e zinco onde foi instalada a estação de comboios, habitações para os seus empregados e uma oficina.

A 15 de Julho de 1916, a pedido dos agricultores da região, a povoação de Mandigos passou a designar-se Vila Pery, em homenagem a João Pery de Lind, o então governador da Companhia de Moçambique. Com a instalação da Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial (SOALPO) em 1945, obrigou a constituição da hidroelétrica de Révuè SARL (Sociedade Anónima de Representação Limitada), visando aproveitar o rio do mesmo nome, primeiro no Mavúzi e depois em Chicamba, o que fez com que Chimoio ganhasse outra importância do ponto de vista industrial, deixando de ser uma área agrícola onde se cultivava o milho. É com o desenvolvimento das suas infraestruturas que em 1969, pela portaria nº 22258, 17.07.1969 foi elevada a categoria de Cidade.

Depois de independência de Moçambique, “por decisão do presidente Samora Machel, que a 12 de junho de 1975 num comício popular, anunciou a mudança de nome da cidade de Vila Pery para Chimoio” (FERNANDES, 2006:164).

A cidade de Chimoio foi construída num planalto com cerca de 706 metros de altitude, localizado sobre a cimeira de duas bacias hidrográficas no eixo Beira-Mutare. Dada a abundância de recursos hídricos, combinados com solos ferralíticos avermelhados, bastante férteis, fez com que a sua economia assente na agricultura de tabaco, cereais, tubérculos e de fruteiras, a qual é dependente da indústria transformadora de produtos agrícolas como tabaco, citrinos, cereais, aves, etc, ascendesse consideravelmente. Ligada a produção agropecuária edificou-se uma base industrial de processamento e de construção, a qual vai ganhando cada vez mais espaço na economia, seja da cidade, seja da província do mesmo nome, seja da região centro do país e a integração regional.

Produção do espaço urbano e urbanização

Em Chimoio, o plano de estrutura urbana (PEU), cujo objetivo visa definir com detalhe a forma de ordenamento do espaço público e as regras de gestão urbanística a aplicar determinou e delimitou as classes e categorias da sua espacialidade que caracteriza a atual utilização do solo urbano. Assim podem-se encontrar áreas bem distintas demarcadas pelo

Conselho Autárquico de Chimoio, nomeadamente: área urbanizada (com uso residencial dominante, caracterizado por estar planificado, consolidado na sua estrutura e com infraestruturas completas); área semi-urbanizada (com uso residencial potencial, loteada, mas de ocupação espontânea, com arruamentos, mas sem infraestruturas sociais básicas); área não urbanizada (ocupações sem ações prévio planeamento urbano, sendo áreas com características rurais e de ocupação habitacional dispersa, em muitos casos associadas a agricultura familiar de subsistência e pastagem. É nesta última que recentemente está a sofrer forte pressão pela nova elite de Chimoio, como foi referido anteriormente.

De igual modo foram previstas (CMC, 2013) áreas reservadas como espaços para atividade industrial, para a construção de instalações de logística e reparação; espaço para equipamentos sociais, serviços públicos e usos especiais; espaço para redes de infraestruturais – servidões de utilidade pública; espaço para atividade agrícola; e espaço afeto à estrutura ecológica - área verde, área húmida e inundável, área alagada, cursos e superfícies de água.

O centro da cidade, de estrutura ortogonal denota um planeamento urbano típico do modelo ocidental, onde as edificações modernas se estendem ao longo das ruas e avenidas, pavimentadas com asfalto, com infraestruturas de abastecimento de água e eletricidade, de prestação de serviços, de verejo, shopping centre, entre outras, como mostra a figura 3.

Figura 3. Avenida 25 de Setembro da cidade de Chimoio e construção de Shopping Center



Na cidade de Chimoio, de igual que em muitas outras cidades moçambicanas, as dificuldades atinentes a ocupação do solo urbano pode estar relacionada ao atraso da história urbana portuguesa em relação à europeia e americana e mais recentemente a asiática. Este atraso, segundo o MAE (2014) se relaciona, principalmente com a diversidade de contextos em



que o urbanismo português se desenvolveu, num período de tempo longo e num território vasto, influenciado pelos planos de desenvolvimento urbano que surgiram na “metrópole” colonial na segunda metade do século XIX, procurando dar resposta às situações criadas pela revolução industrial.

Entretanto, em Moçambique a política de ordenamento territorial de acordo com o MICOA (2007) classifica as áreas urbanas em consideração ao uso do solo urbano e a própria sustentabilidade dos centros urbanos em termos de uso do solo, de saneamento e ambiente, de desenvolvimento de infraestruturas de transportes e comunicações e, das condições de alojamento. No caso da cidade de Chimoio, tudo isso parece ainda uma miragem para se considerar cidade urbana, porque o aspeto cultural também conta. De fato, acontece a transposição do *modus vivendis* rural, fenómeno denominado por Araújo (2003) de ruralização da cidade, isto é, com ocorrência de hábitos rurais no espaço considerado urbano, o que revela forte influência da cultura local do lugar onde está inserida a cidade.

A classificação do MICOA procura promover a sustentabilidade das áreas urbanas, assim como melhorar a gestão de terrenos urbanos entre as municipalidades e a administração central. Para o MICOA, atual MITADER (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural), parece que tudo é área urbana, mas trata-se de uma definição imprecisa, com pouco fundamento epistemológico e material observável. Consideramos assim, porque, o modo das construções e edificações deveria também considerar para os critérios a ter em linha de conta na definição do urbano, a menos que existam cidades de caniço e cidades de adobe, como chamou Araújo (2003).

O crescimento horizontal e muitas vezes espontâneo e informal da ocupação de espaços urbanos retira os aspetos considerados indicadores do urbanismo, mesmo na definição moçambicana, aliadas as discrepâncias de conceitos, apresentadas, tanto pelo MICOA/MITADER, quanto pelo INE, instituições do mesmo país com funções complementares. No entanto, nenhuma destas definições, se não apenas a do MAE, considera a dimensão demográfica, critério bastante utilizado para definir áreas urbanas a nível mundial, em consonância com a densidade populacional.

O pressuposto das relações entre tamanho, funções e espaço intraurbano com o tamanho demográfico significam, para um mesmo contexto espacial de renda e padrão cultural, maior ou menor economia de escala, envolvendo a cidade e o seu espaço de atuação ou de influência. De igual modo, segundo Corrêa (2006), isso possibilita maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas ou atividades básicas, direcionadas, essencialmente para fora da cidade, e de



atividades não-básicas, voltadas para o consumo da própria cidade. A partir desta relação, é possível definir e identificar a pequena, média, grande cidade e a metrópole.

Mas, em todo o país, a precariedade do estado atual do direito urbanístico só pode ser devidamente aferida por comparação com os demais países. Ao contrário de Moçambique, praticamente todos os países desenvolvidos do mundo dispõem de uma legislação coerente de urbanismo. A falta desta em Moçambique, impacta na configuração da cidade de Chimoio porque desorganiza até as construções convencionais, o que dificulta a requalificação urbana na atualidade.

O espaço urbano, segundo Gaspar & Lima (2017) também pode ser por aglomeração de edificações ou adensamento de pessoas, ou ainda por intensificação do uso de espaços do solo urbano já parcelados. Dito por outras palavras, a urbanização é o processo em que o espaço rural se transforma em espaço urbano, movido pela migração campo-cidade ou cidade-cidade, no sentido de crescimento da população urbana numa cidade que se desloca para a periferia, fenómeno patente no objeto de estudo.

Em suma, em Moçambique existem três formas de definir urbano, nomeadamente: (i) do MAE que toma o tamanho demográfico; (ii) do MICOA/MITADER que toma em consideração o uso do solo urbano e sustentabilidade de centros urbanos em termos de uso do solo, saneamento e ambiente, desenvolvimento de infraestruturas de transportes e comunicações e, as condições de alojamento; e (iii) do INE que define áreas urbanas a partir das áreas de enumeração, que são as menores unidades de estratificação da amostra do recenseamento da população.

Funções urbanas e organização do espaço intra e interurbano

A cidade é o espaço urbano que pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas. Pode ser abordado a partir da perceção que os seus habitantes ou alguns dos seus segmentos têm do espaço urbano e das suas partes. Outro modo possível de análise considera como forma espacial nas suas conexões com estrutura social, processos e funções urbanas. O espaço urbano, segundo Corrêa (2006), como qualquer outro objeto social pode ser abordado segundo um paradigma de consenso ou de conflito.

Como referimos no início, este ensaio focaliza os processos e as formas espaciais, centrando sua atenção na forma de gestão do espaço da cidade de Chimoio, as suas funções e a cultura dos seus habitantes que proporcionam ou dificultam o seu desenvolvimento para que seja digna de ser uma cidade no contexto de urbanização e deixar de ser ruralização.



Se por um lado, o tamanho demográfico tem nítidas relações com as características do espaço intraurbano, para um mesmo contexto cultural, socioeconómico, de sítio urbano, de plano urbano e de políticas públicas, sobretudo aquelas referentes à habitação e às migrações, a relação é nítida. Por outro, o maior tamanho demográfico resulta em maior dimensão do espaço intraurbano, expressa pela distância entre o centro e a periferia da cidade. Também, como referiu o autor citado acima, mais complexa será a organização do espaço intraurbano. Vai daí que o crescimento horizontal das cidades, como as moçambicanas, é prejudicial se não for acompanhado do processo de policentrismo.

A primeira dificuldade tem a ver com a razão das distâncias que viabilizam, em grande parte, uma maior divisão económica do espaço, que precisa de submissão do espaço urbano a um mais significativo processo de descentralização, origem dispersa e formação de núcleos de atividades derivados de economias de aglomeração, distantes do centro. Mas isso implica policentrismo, que no caso de Chimoio fica condicionado pelo aspeto segurança. De fato, ninguém poderá investir em infraestruturas como condomínios, bancos, seguros, e outras para garantir o policentrismo sem segurança garantida. Além disso, a cidade interage com os territórios vizinhos aquelas que gera influências, seja em termos de atividades económicas, tais como comerciais, industriais e de agropecuária, seja de afinidades culturais e espirituais com que se identificam os sujeitos que nela vivem ou querem morar.

Portanto e na perspetiva do autor que temos vindo a citar quanto maior for o tamanho demográfico mais complexas são as atividades económicas, suscitando maior fragmentação do tecido social; mais complexa será ainda a projeção espacial das classes sociais e suas frações, gerando uma mais complexa divisão social do espaço, com áreas sociais mais diferenciadas e por vezes bastante segregadas. Além disso irá depender da atuação e do dinamismo da elite para pressionar o governo a delegar algumas competências na tomada de decisão da cidade.

A segunda dificuldade advém da escala espacial de referência. A cidade deve ser pensada segundo uma dada escala espacial, em relação a qual pode adquirir sentido. Assim, Chimoio, por exemplo, pode ser concebida como cidade média na escala moçambicana, em relação às principais cidades de Maputo, Beira, Matola e Nampula.

Neste contexto e segundo Ferreira (2005) mediante estas dificuldades, são chamados a discussão os conceitos de sustentabilidade urbana e de desenvolvimento urbano sustentável que não têm um carácter universal, mas variam de acordo com as comunidades, com as suas realidades económicas, sociais e ambientais, com os seus valores e atitudes ligados às suas características culturais. Acrescente-se com as suas nuances, aqueles lugares que parecendo homogêneas revelam especificidades e espacialidades diferenciadas. Dito por outras palavras é



preciso identificar as “unidades íntegras” que aparentando uniformes procura encontrar as singularidades do local, como um exercício de reconhecimento e valorização de nuances ou variações aparentemente insignificantes. (LIMA, 2016, p.259)

O constrangimento em Moçambique, em geral e em Chimoio, em particular, é que os problemas de desenvolvimento e de sustentabilidade só podem ser resolvidos mediante uma participação ativa de cidadãos informados, que procurem conhecer as realidades a diferentes escalas: local, regional, nacional e mesmo global. Mas também que compreendam as relações entre sociedade, economia e o ambiente e, entre a vida da sua comunidade urbana e de outras comunidades. Bem como tenham em conta as necessidades e direitos das gerações presentes e futuras. Mais do que isso, como referiu Ferreira, que compreendam as relações entre poder, recursos e direitos humanos e saibam avaliar as consequências, a diferentes níveis dos diferentes estilos de vida da população e as respostas que os indivíduos e as organizações podem dar a diferentes problemas de âmbito local.

Desse modo, fica a dúvida, estarão os membros das comunidades de Chimoio nessas condições? Julgamos que não. Por que, a menos que haja prova em contrário através de estudos, os cidadãos comuns das comunidades de Chimoio não estão devidamente informados, dificilmente ou poucos procuram conhecer as realidades a diferentes escalas, seja local, seja regional, nacional e mesmo global. Além disso, poucos compreendem as relações entre sociedade, economia e o ambiente e entre a vida da sua comunidade urbana e de outras comunidades. Os sujeitos das comunidades dificilmente têm em conta as necessidades e direitos das gerações presentes e futuras e, sobretudo porque não compreendem as relações entre poder, recursos e direitos humanos e provavelmente pouco ou nada sabem avaliar as consequências a diferentes níveis dos diferentes estilos de vida da população e as respostas que os indivíduos e as organizações podem dar a diferentes problemas, em especial os de âmbito local. Ainda há que construir a cidadania, através da formação e educação dos sujeitos, principalmente aos jovens que ainda não possuem referências.

Estes atributos socioeconómicos, ambientais, culturais e até políticos, pouco abonatórios fazem com que o processo de urbanização associado à concentração de muitas pessoas in situ, (na urbe), acelere a substituição das atividades primárias ligadas a extração dos recursos naturais por atividades secundárias (processamento) e terciárias (serviços), seja por falta de capital, seja por falta de tecnologias adequadas e poucos as dominam. Esta troca, como referiu Lima (2016) não ocorre apenas nas atividades que as pessoas desenvolvem, mas também, porque o processo de urbanização transforma as várias formas de ser e estar dos sujeitos na cidade, porque a concentração de várias pessoas in situ, cada qual com sua origem,



molda o comportamento e a atitude que se pode coadunar ou não com a urbanicidade, ou seja, saber viver na cidade. Há pessoas que, vivendo na cidade, não têm ou não praticam urbanicidade suficiente (EVARISTO & LIMA, 2016), porque tem hábitos rurais, portanto, contribuem a ruralização das cidades.

Para Ferreira (2005) citando Maclaren (2004) “sustentabilidade urbana” é o conjunto de condições desejadas: ambientais, socioeconômicas, políticas e culturais que persistem ao longo do tempo. Daí, desenvolvimento urbano sustentável é o processo de acordo com o qual a sustentabilidade urbana pode ser atingida, referenciadas pelas seguintes características:

equidade intergeracional - incluindo equidade social, equidade geográfica, como sendo a necessidade de promover o crescimento econômico e o bem-estar de uma comunidade sem provocar a degradação de outra (ou outras) comunidade(s), e equidade no poder de decisão (governance); (ii.) utilização mínima de recursos não renováveis – há uso intensivo, por ex. do carvão vegetal na cidade de Chimoio, decorrente do corte e queima de árvores; (iii.) autoconfiança comunitária – não muito desenvolvida ou compreendida pelas próprias comunidades; (iv.) vitalidade e diversidade econômica – a economia está dependente dos sectores primário e terciário, sem estar suportado pelo secundário, de transformações; (v.) bem-estar coletivo e individual – ainda longe de se alcançar; (vi.) satisfação das necessidades individuais – há cidadãos a viver no limiar da pobreza, mas outros bem abastados e a fazendo uso exacerbado da riqueza; (vii.) autonomia comunitária (poder local com autonomia de decisão) – já começa a se fazer sentir, mas há necessidade de ações independentes, porque não possui ainda uma elite influenciadora na tomada de decisões do poder; e (viii.) preservação da diversidade cultural – tem sofrido alterações, devido a alienação, essencialmente os jovens sob influência de fatores exógenos.

Na cidade de Chimoio não parece que estejam ainda garantidas essas características de sustentabilidade, no seu conjunto, se não em toda a nação moçambicana. Portanto, há um processo que vai levar o tempo que for necessário, até que este conjunto de equidades sejam alcançados, ainda que o desenvolvimento sustentável urbano constitua uma prioridade e desafio do século XXI. Isso implica que os membros da comunidade, os cidadãos, adquiram conhecimentos que contribuam para melhorar as suas percepções em relação aos problemas ambientais, sociais e econômicos, que modifiquem as suas atitudes face ao ambiente e que demonstrem empenhamento em práticas de cidadania ativa, a diferentes níveis para um modo de vida mais igualitário e sustentável.

O desenvolvimento sustentável, segundo Ferreira (2005) implica ainda que os cidadãos adquiram conhecimentos, valores e competências necessárias a uma participação nas decisões acerca da forma como atuam, local e globalmente, para melhorar a qualidade de vida hoje, sem pôr em risco o futuro.

Desse modo, os pressupostos como tamanho, funções e espaço com o tamanho demográfico significam disparidades do desenvolvimento urbano e rural, em que o urbano



‘invade’ o espaço rural. Exemplo de áreas de expansão em Chimoio são os bairros 7 de abril – zona de Cianga, Vila – Nova (Tambara 2), Heróis moçambicanos, Trangapasso, Piloto e Chizombero. Estes bairros podem ser considerados semiurbanos ou semirrurais. A resposta depende do ponto de vista e nível de conhecimento de urbanização de quem os classifica, em termos do seu crescimento no espaço, mas valorizando-os económica e socialmente. O rural ‘invade’ o urbano com população que busca emprego, que não encontrando pode justificar o surgimento de problemas sociais e económicos, citando-se como exemplo a proliferação do comércio informal. Essa “invasão” tem suporte no desenvolvimento regional.

Em suma, as mudanças ocorridas no meio, antes considerado rural, caracterizadas pelo surgimento de novas dinâmicas económicas e pelo aumento da população e urbanização, que distanciaram a região do contexto exclusivamente das atividades agropecuárias, como se referiu Lima (2017), levaram a retomada dos debates que procuram delimitar os diferentes níveis de relacionamento entre o rural e o urbano.

Portanto, a urbanização depende do contexto regional em que se insere a cidade, vista na relação interurbana. Melhor dizendo, a hinterlândia com que ela estabelece relações de dependência e de hegemonia.

Considerações Finais

Pelas suas características e crescimento horizontal, a cidade de Chimoio tem elementos suficientes para tomar o pressuposto da conexão entre tamanho demográfico, funções urbanas e espaço intraurbano como a chave para o planeamento do seu crescimento quanti-qualitativo. Mas para além disso, é necessário incluir outros elementos que podem afetar a organização interna da cidade, de entre outras as ligadas as atividades económicas, a renda da população e as políticas públicas autárquicas, com relação aos territórios sob sua influência.

Os aspetos ambientais, sociais e económicos das comunidades nesta urbe e, principalmente as diferenças culturais que apresenta, poderão, de forma significativa, dificultar a sustentabilidade do desenvolvimento urbano se não forem tomadas em conta as modestas características de sustentabilidade urbana apresentadas neste ensaio, mas garantir a sua integração regional. Para isso a educação ambiental e de cidadania tem que tomar o seu lugar na dianteira do processo, uma vez que os cidadãos precisam de conhecer as realidades e os problemas inerentes a uma realidade local para que, usando as competências, atitudes e valores, exerçam uma cidadania ativa e inclusiva.



Não se pode falar de sustentabilidade urbana se continuarem a existir pessoas de renda baixa a ocupar espaços nobres sem capacidade de manutenção, como também o crescimento horizontal “desestruturado” e sem infraestruturas policêntricas, nem criar de forma deliberada os hábitos rurais em zonas urbanas.

O surgimento de novas centralidades e funções deverá ser, de forma rápida discutida na academia, dada a situação de elevada informalidade e forte dependência de investimento de capitais privados. Esta informação juntamente com a presença indiscutível das mudanças climáticas, do impacto da pandemia da COVID-19 e o uso de diferentes indicadores por instituições do país constitui séria ameaça à sustentabilidade da cidade de Chimoio, mas para os propósitos deste ensaio devem constituir desafios para serem alcançados no futuro.

Referências

ARAÚJO, M.G.M. de. Os Espaços Urbanos em Moçambique, in GEOUSP: **Espaços e tempos**, nº 14, São Paulo, 2003, p 164-182.

BRENNER, N.; SCHMID, C. **Towards a new epistemology of the urban? City**, v. 19, n. 2-3, 2015. p. 151-182, abr. <http://dx.doi.org/10.1080> - Acesso em 26 de julho de 2018.

Conselho Municipal da Cidade de Chimoio. **Plano Estratégico do Município de Chimoio 2009-2013**. CMCC, Chimoio. 2013.

CORRÊA, R.L. **Construindo o conceito de cidade média**. Departamento de Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro. (2006).

EVARISTO, G. K. K. & LIMA, J. C. M. **Requalificação Urbana e Novas Centralidades na Cidade de Quelimane, Moçambique**. Universidade Pedagógica de Quelimane, Moçambique. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 7, N.2, p. 199-212, 2017 ISSN 2237-3071.

FERREIRA, M. M. M. D. **Desenvolvimento Urbano Sustentável: o Papel dos Cidadãos** - Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia. Universidade Aberta – Lisboa, Portugal 2005.

INE. **2º Censo geral da população e habitação de 1997**, Maputo, Imprensa Nacional. 1997.

INE. **4º Censo geral da população e habitação de 2017**, Maputo, Imprensa Nacional. 2019.

LIMA, J.C.M. **Conflito Entre Saberes na Urbanização: as tradições das comunidades e o Planeamento Territorial no Município de Mocuba**, Tese de Doutoramento em Geografia. Universidade Pedagógica, Maputo. 2016.

LIMA, J.C.M. **Urbanicidade, Saber Viver na Cidade: utopia ou realidade**. Atas de II Jornadas Científicas das Instituições de Ensino Superior da Zambézia, Quelimane, 2017.



MACLAREN, V. W. “Urban Sustainability Reporting” in Stephen M. Wheeler e Timothy Beatley, **The Sustainable Urban Development Reader**, London: Routledge, 2004. pp. 203-210.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. Metrôpoles brasileiras. São Paulo. **Perspectiva**. Vol.14 no.4. out/dez 2000. *dx.doi.org/10.1590/S0102*.

MAE. **Folha Informativa dos Municípios**, Maputo, Direcção Nacional de Desenvolvimento Autárquico, 2002.

MAE. **Atualização dos critérios de ordenação das cidades, distritos e vilas**. Maputo Imprensa Nacional. 2014.

MICOA - Ministério para Coordenação da Acção Ambiental (2007). **Programa de Acção Nacional para a Adaptação Às Mudanças Climáticas (NAPA)**. s/ed. s/l. Dez. 2007.